

O MST no Oeste de Santa Catarina e sua atuação através da imprensa escrita local
(1985 – 1989) - Douglas Satirio da Rocha

O MST no Oeste de Santa Catarina e sua atuação através da imprensa escrita local (1985 – 1989)

Douglas Satirio da Rocha*
douglaz@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

RESUMO: Este artigo analisa a atuação do MST no oeste de Santa Catarina entre os anos de 1985 e 1989 através do Jornal Diário da Manhã de Chapecó-SC. Discute elementos que compõem o cenário de surgimento e atuação do movimento, com destaque a sua participação social e política, incorporando a luta pela terra como parte constituinte do que hoje conhecemos como oeste catarinense.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Oeste catarinense, Jornal Diário da Manhã, Imprensa escrita.

ABSTRACT: This article examines the role of MST in western Santa Catarina between the years 1985 and 1989 through the Newspaper Daily Morning Chapecó-SC. Discusses elements that make up the backdrop of the emergence and performance of movement, especially its social and political participation, incorporating the struggle for land as a constituent part of what we know as western Santa Catarina. (Brazil)

Keywords: Movement of Landless Rural Workers - MST, West of Santa Catarina (Brazil), Newspaper Daily Morning, Newspapers.

The MST at the West of Santa Catarina and it's action through local written press (1985-1989)

Considerações iniciais

“Todo ponto de vista é a vista de um ponto.” (Leonardo Boff)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST - há um bom tempo vem

*Graduado em História pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó (2009). Especialista em História Regional pela Universidade Federal da Fronteira Sul– UFFS (2013). Documentalista na Unochapecó.



despertando a atenção dos meios de comunicação, fazendo parte de suas capas, dos seus editoriais e de suas pautas. Neste tempo, a periodicidade de manchetes, o conteúdo das reportagens, a simbologia das imagens, as ironias ou críticas das charges, entre outros recursos, vêm possibilitando à imprensa a construção de imagens, ideias, e representações sobre o movimento; construindo uma “história do MST”, através de narrativas e opiniões sobre ações e fatos que a imprensa – a sua maneira e sob seus interesses - elegeu como digno de ser noticiado.

Em 2009, a *Veja*, revista de repercussão nacional, publicava: “*Os 25 anos do MST: invasões, badernas e desafio à lei*”¹ Neste dia, a revista noticiava os 25 anos de um movimento social do campo, o MST. A revista publicou uma imagem sobre o MST repleta de estereótipos e interesses bem definidos, centrados na desqualificação do movimento e na manipulação da opinião pública em relação a imagem do MST.

Na mesma reportagem, a *Veja* afirmava o seguinte

Na última terça-feira, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) completou 25 anos. Mantendo a falsa bandeira de sua incansável luta pela reforma agrária, o MST conseguiu permanecer impune das ações criminosas que cometeu ao longo de sua existência. Há tempos que a organização não quer mais apenas um pedaço de terra - e sim toda a terra. Em reportagens realizadas ao longo dos anos, VEJA acompanhou o crescimento, a desmoralização e os crimes cometidos por essa organização que não possui sede fixa e nem estatuto²

Em 2011, foi publicado pela Intervozes³ o relatório intitulado “Vozes silenciadas: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito”. O relatório levou a conclusão que o MST é demonizado pelos grandes grupos da mídia brasileira, apontando que 60% das 300 matérias analisadas retratam o movimento como violento e associam suas ações a criminalidade e a violência, não dando atenção e relevância à suas bandeiras de luta.

1 Revista *Veja*, 23/01/2009.

2 Revista *Veja*, 23/01/2009.

3 Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil.



Ayoub Hannah Ayoub, nesta mesma perspectiva, em seu trabalho “Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo” informa que

O resultado da investigação demonstra que o MST tem sido vítima de manipulação por parte da imprensa, que tem feito isso rotineiramente ao longo dos últimos vinte anos. E tem feito com conhecimento de causa, com objetivos claros de defesa da classe dominante, da qual os proprietários dos meios de comunicação fazem parte. Com base nos seus próprios interesses de classe, a grande imprensa produz um processo de manipulação que resulta na construção de uma “realidade” artificial⁴.

A mesma afirma que os grandes veículos de comunicação estão atrelados ao capital empresarial, submetendo-se a informar apenas o que os grandes grupos permitem.

A imprensa tem um papel enquanto representação de classe. Defende seus interesses e ataca os que contestam a hegemonia burguesa. Os meios de comunicação são usadas nesse embate, independentemente dos princípios de liberdade e isenção que são defendidos em público⁵.

Ayoub enfatiza também o caráter ideológico da mídia,

[...] a mídia desempenha papel mais ideológico que informativo, mais voltado a disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e em menor escala, a difusão de proposições de grupos de pressão empresarial. Essa função de controle 'e facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica⁶.

Além da representação enquanto classe, Ironita P. Machado (2006) chama-nos a atenção para o fato que “[...] a imprensa tem suas próprias verdades, veiculadas pelos redatores, pela sensibilidade dos jornalistas, dos colaboradores e de todos aqueles que integram seu universo representacional e significações temporais contextualizadas em uma

4AYOUNB Hannah. Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo. In, Estudos em Jornalismo e Mídia Vol. IV Nº 1, 1º semestre de 2007. p. 92. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br. (Acesso em 25/03/2013).

5 AYOUNB, Hannah Ayoub. Mídia e movimentos sociais:a satanização do MST na Folha de S. Paulo. (Dissertação) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006. p. 36.

6 Ibidem, p. 38.



conjuntura histórica”⁷.

Para Duras,⁸ “Um jornalista é alguém que observa o mundo e o seu funcionamento, que diariamente o vigia de perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê”. Diante disto é necessário entender que os discursos presentes nas notícias representam o mundo no qual estão situados. Por mais que inúmeros jornais se auto intitulam como imparciais ou neutros, “[...] a imprensa é um texto que contém muitos significados, não sendo possível uma leitura neutra”⁹.

Tânia Regina de Luca¹⁰ em sua abordagem, propõe pensar os jornais não como uma obra solitária, mas sim tomar ela como um coletivo, um empreendimento que reúne diversos indivíduos e instituições, com projetos que unem a sociedade em torno de ideias, crenças e valores. Carla Luciana Silva¹¹ propõe que “A interpretação sobre o papel da imprensa no mundo contemporâneo não pode deixar de lado os conflitos presentes na própria sociedade capitalista”.

Com base nestas informações, é possível identificar que 25 anos após a oficialização do MST, alguns grupos da imprensa, entre outros setores da sociedade, ainda travam uma batalha contra o MST. Uma luta simbólica que se verifica constantemente na materialidade com que suas ideias são praticadas na sociedade, repercutindo no posicionamento de algumas camadas da sociedade, na violência que ainda existe no campo, bem como na quase inércia dos governantes perante a questão de terra no Brasil.

Podemos perceber uma luta onde está em jogo um modelo de sociedade e economia que precisa ser mantido a qualquer preço.

A imagem do MST neste tempo foi moldada pela sua atuação, pela sua resistência ao modelo de exclusão praticado pelo capitalismo, mas, principalmente, pela representação que

7 MACHADO, Ironita P. História e Imprensa: um olhar sobre o olhar do Semanário A Voz da Serra. In: História: debates e tendências, Passo Fundo, V. 6, n° 1, p. 155-175, 1° sem. 2006. p. 02. Disponível em: http://www.upf.br/ppgh/images/stories/downloads/artigo_ironita.pdf (Acesso em 01/08/2012).

8 DURAS Apud LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005., p. 139

9 MACHADO, Op cit p. 02

10 LUCA, Tânia Regina, Op cit.

11 SILVA, Carla Luciana. Veja: mais um partido neoliberal. In: *História e Lutas de Classes*, ano 01 ed. N° 02, fevereiro de 2006. p. 75. Disponível em: <http://site.projetoham.com.br/arquivos/revistas/2.Linguagem%20Comunicacao%20e%20Cultura.edicaocompleta.pdf> Acesso em 15/01/2013



os meios de comunicação - que fazem parte de uma elite econômica deste país - criaram sobre ele. Invasões, badernas e criminalidade parece ser a imagem a ser construída e oferecida a esta sociedade dotada de informação.

Essa luta simbólica não é recente. Desde suas primeiras aparições, o MST já se colocou como um movimento a romper com algumas ideias, gerando polêmicas e insatisfações de grupos econômicos e políticos. “Qual o direito de quem não é proprietário de invadir, ou tomar o que não lhe pertence?”, perguntava o jornal *Diário da Manhã em Chapecó*, já em 1987.

MST no oeste de Santa Catarina e sua luta social no campo

Mesmo que ofuscada pela história “oficial” deste espaço, a luta pela terra é parte constituinte da formação do que hoje conhecemos por Oeste catarinense. A história desta região está marcada pelas disputas entre os diferentes grupos que nela se estabeleceram e buscaram através da terra sua reprodução social, manutenção de suas práticas culturais, bem como também a formação de riquezas, seja grupos indígenas, caboclos, fazendeiros ou descendentes de origem europeia.

No Oeste, assim como em outros espaços do sul do país, o processo de formação de vários movimentos sociais está diretamente relacionado à questão da terra, bem como do processo de desenvolvimento econômico do período da Ditadura Militar brasileira.

Lucas Antônio Franceschi¹² chama atenção também para o momento político. “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra constituiu-se como organização a partir da década de 1980, momento em que o Brasil estava em plena redemocratização, e transição da ditadura militar para o voto direto”.

De acordo com Odilson Luiz Poli¹³

Nas décadas de 70 e 80, o oeste catarinense conheceu profundas

12 FRANCESCHI, Lucas Antônio. *A luta do MST pela terra no oeste de Santa Catarina análise de notícias em recortes de jornais da década de 1980*. 2008. 45 f : Monografia (Conclusão do curso de história) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2008. p. 07

13 POLI, Odilon Luiz. *Leituras em movimentos sociais*. 2 ed. Rev. Chapecó: Argos 2008. p. 62



transformações econômicas, sociais e políticas. O avanço do processo de industrialização baseado na agroindústria, e a crescente submissão da pequena propriedade a sua lógica, juntamente com o esgotamento da fronteira agrícola, determinaram uma profunda crise na produção camponesa tradicional, que caracterizava predominantemente a região.

Neste período a modernização da agricultura, através de uma integração a produção industrial provocou grandes transformações. “As pequenas unidades produtivas mais descapitalizadas, que não conseguiram se modernizar, passaram a ter grandes dificuldades para sobreviver”¹⁴. As condições de vida no campo dos pequenos produtores rurais agravaram-se causando um empobrecimento daqueles que não conseguiram se manter diante da nova lógica de produção.

Essas transformações não passam despercebidas. Tanto os trabalhadores urbanos quanto os trabalhadores do campo reagiram, surgindo organizações no campo contra a violenta expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais. Particularmente alguns partidos políticos e a presença da Igreja Católica atuaram de forma significativa como mediadores, incentivando a organização, orientando as manifestações e, até mesmo, participando das negociações. “Vale destacar que, logo nos primeiros anos da década de 80, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁵ promoveu diversos cursos de formação tratando especificamente da questão sindical, voltada a lideranças camponesas, no intuito de preparar lideranças para atuar nesse campo”¹⁶

As lutas no campo, principalmente a partir dos anos 70, tiveram um novo papel dentro da constituição do Estado e o processo de redemocratização que o país vivia naquele período.

Esse período de mobilizações e de construção de uma identidade coletiva aglutinando os agricultores pobres representou a inscrição das demandas e reivindicações desses grupos sociais rurais na esfera mais ampla das políticas públicas, novas relações foram estabelecidas com o poder público,

14 Ibidem., p. 53.

15 A Comissão Pastoral da Terra [...] Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, [...] Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. (<http://www.cptnacional.org.br/>)

16POLI, Odilon Luiz, Op cit, p. 79



cobrando o reconhecimento de direitos e de participação¹⁷.

Para Sérgio Sauer¹⁸ “A luta pela terra – e o acesso a ela, seja pelas ocupações e assentamentos, seja pela garantia de posses e reconhecimento de territórios – representa um processo de reinvenção do campo e da sociedade”. A atuação dos movimentos sociais no campo trouxe à pauta antigos problemas como a reforma agrária e a desigualdade social. É importante perceber que suas reivindicações foram de encontro a muitas questões antes eram quase intocáveis, como é o caso da grande propriedade.

[...] a dinâmica política desse período apenas possibilitou que as questões e os problemas do mundo rural, em geral silenciados, viessem à tona e fossem integrados ao debate político, sendo denunciadas as precárias condições de vida e de trabalho da grande massa de agricultores espalhados pelo país, vivendo na qualidade de ocupantes, parceiros, posseiros ou, ainda, como proprietários de pequenas glebas, integrados de modo periférico na dinâmica econômica capitalista¹⁹

Brumer²⁰ analisando as lutas sociais no campo, no sul do país na década de 1980, evidencia que,

Os atores das lutas pela terra são os sem-terra: parceiros, posseiros ou filhos de pequenos proprietários agrícolas, trabalhadores assalariados. São apoiados principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas lideranças de alguns sindicatos de trabalhadores rurais nas áreas de conflito, além da CUT e do PT

No oeste catarinense os indivíduos que iniciam as mobilizações são uma parcela

17 HARRES, Marluza Marques. Lutas e mediações políticas nos movimentos sociais rurais do rio grande do sul. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960) / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. p. 217.

18 SAUER, Sérgio. Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 14

19 HARRES, Marluza Marques, Op cit p. 200.

20 BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 49.



importante e considerável de pequenos agricultores, que em um determinado momento, tiveram sua estrutura, seu modo de vida e de subsistência profundamente alterados pela “lógica” de mercado e, um modelo de desenvolvimento imposto pelas políticas econômicas nacionais advindas dos governos militares.

Nesta perspectiva, excluídos, ou desestruturados dentro das novas formas de produção, estes agricultores com terra e/ou já sem terra (entregue aos bancos etc), ou expropriados pela falta da posse 'legal', se organizaram para reivindicar providências do Estado. Podemos também considerar, como afirma Harres, fazendo referência ao MASTER²¹ que “A bandeira da reforma agrária foi a grande reivindicação capaz de aglutinar as diversas forças coletivas emergentes no campo, definindo-lhes um horizonte de luta e um interesse comum”²²

Há de considerar-se que quando falamos em lutas sociais no campo e a presença do segmento camponês na história do país, bem como sua relação com seu espaço de convívio e subsistência, temos sempre que destacar a luta histórica destes contra a forte imposição de uma certa “amnésia social” que tende a apagar sua presença e minimizar sua participação enquanto movimento social.

Na contramão das tendências do progresso e do desenvolvimento, aos moldes da lógica capitalista, construiu-se ao longo do tempo – e ainda reconstrói-se – sua imagem como sujeito social atrasado, destinado a desaparecer do processo de produção no campo.

Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-lo de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia²³.

21 “Por iniciativa e empenho de políticos trabalhistas foi criado, em 24 de junho de 1960, no estado, o primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master)” (HARRES, 2009, p. 202). “A criação do Master é um movimento de grande importância com o qual vamos dar novo impulso à reforma agrária no Brasil, país onde nada menos do que 25 milhões de agricultores vivem sem terra” (HARRES, 2009, APUD Diário de Notícias, Porto Alegre, 28.6.1960).

22 HARRES, Marluza Marques, Op cit p. 201.

23 Via Campesina do Brasil. In: GODOI, Emilia Pietrafesa, et al. (Orgs) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social* – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 20



Os movimentos sociais expressam as contradições de seu tempo, de seu espaço, e evidenciam uma realidade em constante construção e reelaboração. A partir da experiência e do pensar de suas práticas, apresentam novas formas de sociabilidade, de democracia, e interpretação de nosso passado e presente. Para Marluza Marques Harres, “A organização e a mobilização dos agricultores foram particularmente intensas ao longo desse período, constituindo uma experiência fundamental, em termos políticos e sociais”²⁴:

Essas manifestações, bem como os conflitos que elas espelham, são elementos importantes para entender algumas disputas que permeiam a política brasileira, nem sempre ganhando visibilidade na mídia. Elas provocam a necessidade de explicitar propostas, tiram do silêncio os adversários, produzem polarizações de posições, desvendam poderes²⁵.

Além de todas as barreiras presentes na trajetória destes movimentos, eles ainda precisam enfrentar o grande embate da mídia, bem como a elite econômica que a mesma representa, que buscam de inúmeras maneiras ofuscar a atuação do MST, construindo sob diferentes formas uma imagem do agricultor sem terra relacionado a ilegalidade, violência e atraso ao progresso do país.

Sabemos que historicamente o segmento camponês foi vítima de estigmas, estereótipos que fundamentaram opiniões das diversas gerações ao seu respeito, colocando-os sempre como algo a ser superado. De acordo com Poli²⁶, esta ideia vem desde os tempos do Império, onde se divulgava a incapacidade política do povo e principalmente do camponês, direcionando as elites à substituí-los bem como representá-los no campo da política.

Márcia Motta²⁷ (2009) analisa o mito do invasor, algo que na atualidade ainda é resgatado pelos diferentes grupos econômicos e políticos no qual resistem á atuação do MST. O termo invasão é sempre confrontado com a ideia da terra como propriedade privada. No entanto, de acordo com o mesmo, existem dois posseiros (invasores), mas apenas o menor

24 HARRES, Marluza Marques, Op cit p. 200.

25 Via Campesina, Op cit, p. 25

26POLI, Odilon Luiz, Op cit.

27 MOTTA, Márcia Maria Mendes. Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850). In: _____; ZARTH, Paulo (orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade diversidade de conflitos ao longo da história, Concepções de justiça e resistência nos Brasis*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.



grupo, que são os pequenos agricultores são tratados como criminosos e invasores. “A palavra posseiro – com a acepção que hoje conhecemos – só existe na língua portuguesa, ou melhor, no português falado no Brasil”²⁸.

Para ela o sentido que se dá a esse termo é uma construção histórica dependendo de todo um conjunto de procedimentos que dão o conteúdo desejado a forma expressada. “O mito do invasor era direcionado para um único endereço: o do pequeno posseiro”²⁹.

Em contraposição, para o MST usa-se “[...] preferencialmente ocupar em vez de invadir, verbo este empregado pela mídia, pelos proprietários e pelo senso comum. Para descrever a ocupação individual, os trabalhadores utilizavam o verbo entrar”³⁰.

Em nossos dias, o termo está sendo reconstruído, para fazer referência não somente aos agentes de ocupação em terras devolutas, mas também a vários agentes sociais que ocupam terras, muitas delas apropriadas por proprietários, que não cumpriram a função social da propriedade. O termo então adquire singularidade em terras brasileiras ao trazer para a luz do dia a junção de posse, cultivo e/ ou ocupação efetiva em sua relação com a legitimidade da ocupação³¹.

Conforme indica Anita Brumer,

Deve-se destacar o fato de que a decisão de invadir terras privadas vai de encontro a uma noção profundamente arraigada na mentalidade dos colonos: o respeito à propriedade privada. Essa noção só passa a ser desmistificada quando os colonos podem contrapor a idéia do que consideram um direito natural à “terra de trabalho”, relacionado ao direito a vida e à sobrevivência, o que traz, pelo menos num primeiro momento, a manutenção do respeito à propriedade privada, desde que ela seja utilizada de modo produtivo³².

Para o MST, “As ocupações de terras com montagem de acampamentos constituem

28 Ibidem, p. 89.

29 Ibidem p. 100.

30 SIGAUD, Lygia. A engrenagem das ocupações de terra. In: *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo*. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 58

31 MOTTA, Maria Mendes, Op cit, p. 87

32 BRUMER, Anita, Op cit, p. 36.



uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos, e um ato fundador de pretensões à legitimidade”³³. Desta forma, as contribuições dos movimentos sociais – neste caso o MST –, e, respectivamente, os temas transversais que sua presença revelam, nos projetam para um cenário de constante problematização de antigos e consagrados sistemas, como é o caso da má distribuição da terra no Brasil.

De acordo com João Pedro Stédile³⁴, o problema da terra no Brasil, não é uma questão nova. É uma soma de fatores que perpassam a história do país desde os primórdios da colonização feita pelos portugueses. Para o autor, a forma como a terra foi distribuída ao longo do tempo gerou um grave problema agrário revelando uma grande contradição, onde o fator de progresso econômico não gerou distribuição de renda e a justiça social. “[...] desde 1500 o uso da terra no Brasil beneficiou apenas uma minoria da sociedade – sua classe dominante – impedindo que a maioria da população tivesse acesso à posse e uso-fruto desse bem da natureza”³⁵.

O cenário regional e o MST no jornal Diário da Manhã

Homens, mulheres e crianças, oriundos de cidades, ou zona rural, armam barracas cobertas de lona ou de plástico e nelas se instalam com alguns pertences rudimentares, sem nada mais, e ali permanecem por meses e mais meses sob o rigor do frio ou do calor, com chuva ou tempo bom, num amontoado humano deprimente, buscando sensibilizar o povo e as autoridades, forçando-os a providenciar na distribuição de algum hectares de terras, para dali, dizem os interessados, buscarem sobreviver ³⁶.

A Reforma Agrária era a discussão do momento em todo o país sendo um dos grandes projetos da chamada Nova República³⁷. Com o fim da ditadura militar e a pressão dos movimentos sociais que eclodiam em todo país, a Reforma Agrária voltou à tona, fazendo parte do Governo de José Sarney. Este novo momento contou com a proposta do Plano

33 SIGAUD, Lygia, Op cit, p. 67.

34 STÉDILE. João Pedro. Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997

35 Ibidem p. 8

36 Jornal Diário da Manhã, Editorial, 07/08/1986, p.04.

37 Período pós ditadura militar no Brasil.



Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985³⁸, estendendo-se também o debate com o processo da constituinte e sua promulgação em 1988.

Em uma entrevista concedida uma década depois, com os olhos do presente, José Sarney – atualmente senador da república – teceu alguns comentários, expondo suas memórias sobre o tempo aqui evidenciado.

Começamos a reforma agrária. Transformamos o programa em ministério no meu Governo. O nome sugerido era Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Eu disse: Não. Vamos chamar de Ministério da Reforma Agrária, porque **essa palavra é maldita**; temos de colocá-lo na ordem do dia do Brasil³⁹

E por falar em “*palavra maldita*”, dezenove anos antes do pronunciamento citado anteriormente, em meio ao momento de instabilidades e conflitos no campo vivido em várias regiões do Brasil, José Sarney, Presidente da República, em 1986, trazia em sua ordem do dia a Reforma Agrária e proferia o seguinte discurso:

Brasileiras e brasileiros, bom dia.

Aqui voz fala o Presidente Jose Sarney. Estamos chegando ao fim de uma semana de muito trabalho e decisões e quero tratar de alguns desses assuntos que nos envolveram. [...] No meu governo nada se faz que não se possa explicar bem explicado e que o povo não possa saber. Vamos aos nossos assuntos de hoje. Começemos pela Reforma Agrária. Ontem dei posse ao novo ministro da Reforma Agrária, o ex deputado Dante de Oliveira. [...] Seu papel será importante, pois lhe caberá executar um dos programas difíceis de meu governo, a Reforma Agrária. A Reforma Agrária vai melhorar a vida dos produtores rurais, abrindo-lhes perspectivas, prosperidade e felicidade para suas famílias. [...] O governo não vai deixar que agitadores e pistoleiros transformem a Reforma Agrária numa guerra. [...] Vamos fazer tudo num clima de ordem e paz, dentro da lei, [...] A reforma Agrária é paz, não guerra. Eu estou repetindo isso para exigir o desarmamento geral e lembrar que o governo não tolerará em hipótese alguma, desafios e pressões. Vamos acabar com invasões, porque invasão é crime, é esbulho perseguições violências e quaisquer outras formas de tornar odioso um projeto tão alto e

38 Ver Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985 - Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html>

39 Pronunciamento de José Sarney, Senado Federal, 15/03/2005, grifo nosso.



tão importante para a democracia no Brasil ⁴⁰.

Neste discurso, com o título de “*Governo não vai deixar que pistoleiros transformem a reforma agrária numa guerra*”, Sarney criminaliza muitos dos atos e atores do movimento e alerta que a “*reforma agrária é paz e não guerra*” afirmando que o governo fará de tudo para o projeto se concretizar, sem precisar das pressões vindas do campo.

O clima, nas décadas de 1980 era tenso no campo, e os conflitos estendiam-se entre fazendeiros, agricultores sem-terra e o governo. Por outro lado, Tereza Kleba Lisboa⁴¹, salienta que a “Reforma Agrária foi uma das grandes promessas da Nova República que veio ao encontro dos trabalhadores. Milhares de agricultores se viram na proeminência de terem seus conflitos de terra resolvidos e finalmente poderem trabalhar para sua auto sustentação”.

No jornal Diário da Manhã, Argeu Vieira escrevia, sob o título “*Ponto de Vista*”, que ao contrário do que o governo propagandeava, sua visão sobre a reforma agrária era de que

O projeto de Reforma Agrária do Governo Federal tem problemas. Isto até mesmo o Presidente da República reconhece, tanto que foi ao Papa pedir apoio político para enfrentar os setores radicais da Igreja Católica. Há mais problemas que se imagina. Além da pressão dos proprietários rurais que temem perder suas terras [...] existem os percalços inerentes à execução do projeto. Faltam recursos, falta apoio e o numero de sem terras é grande demais (Jornal Diário da Manhã, 19/07/1986).

Para ele,

As projeções feitas no início do processo de redistribuição de terra estão ficando cada vez mais distantes. Para atingir a meta proposta, o INCRA deveria assentar o equivalente a um acampamento por dia, já que nem todos os sem terras estão em áreas invadidas. Mas na prática a história é bem outra (Jornal Diário da Manhã, 19/07/1986).

Desta forma, em se tratando de desapropriar terras, indenizar proprietários, entre outros procedimentos legais e políticos, era também evidente que a reforma agrária estava

⁴⁰Discurso do Presidente do Brasil – Jose Sarney. Jornal Diário da Manhã, 31 /05/1986, p.09.

⁴¹ LISBOA, Tereza Kleba. A luta dos sem terra no oeste catarinense. In, Revista Katálysis, nº. 1, 1996, p. 104



O MST no Oeste de Santa Catarina e sua atuação através da imprensa escrita local
(1985 – 1989) - Douglas Satirio da Rocha

repleta de forças que lutavam para conduzi-la para lados e interesses distintos. Como bem indica Lisboa, “[...] o debate em torno do PNRA logo comprovou o jogo de forças conservadoras contido na Nova República, frustrando esta esperança. A proposta inicial da Nova República de fazer de-mocracia com a participação do povo foi logo substituída por fazê-la "para" e "no lugar" do povo”⁴².

Assim como a pauta nacional dava ênfase à Reforma Agrária, no Oeste, são vários impasses que revelam a questão da terra como elemento central nos debates daquele período na região.

No jornal Diário da Manhã, as questões relacionadas a luta pela terra, marcam profundamente suas capas do período.



Figura 01 – Capa Jornal Diário da Manhã do dia 22 de agosto de 1985
Acervo Biblioteca Pública Municipal Neiva Costella

Os jornais do período, especialmente o Diário da Manhã⁴³ – jornal de circulação

42 Idem.

43 Jornal criado em Passo Fundo - RS em 1935. Sua filial em Chapecó foi criada em 1979 pelo diretor Dyógenes Auido Martins Pinto. “O compromisso de informar com imparcialidade precisava ser mantido. Foi assim que a família, contagiada pelo amor de Túlio Fontoura pelo jornalismo, deu continuidade ao trabalho. Seu genro

regional – trazem em suas notícias diárias as tensões vividas entre os agricultores atingidos pelas barragens, as disputas judiciais entre colonos e indígenas, as questões nacionais, estaduais e regionais da Reforma Agrária e a situação dos trabalhadores rurais sem terra.

A exemplo temos em 17/09/1985, sob o título “*Sem terras culpam o governo*” Vitelso Carlesso, líder do MST em Faxinal dos Guedes, – comentando sobre uma determinada ordem de despejo – afirma que as famílias resistirão ao despejo, pois a terra está com plantação, algo primordial para alimentação das famílias. Também defende que de alguma forma o governo deve se responsabilizar.

“*Sem terras dão prazo e ameaçam o INCRA*” informava também notícia do dia 23/01/1986. O jornal afirmava que, comissão montada por acampados dos municípios de São Miguel do Oeste, Faxinal dos Guedes e Abelardo Luz entregam documento no INCRA⁴⁴ de Chapecó, reclamando da morosidade do assentamento de 2 mil famílias no Oeste. Reclamam também que um acordo firmado em junho do ano anterior já havia vencido em outubro. Os representantes da comissão segundo o jornal não descartam a possibilidade de novas “invasões” no Oeste.

Neste contexto de não cumprimento de acordos do governo federal, Lisboa também indica o momento em que agricultores protestaram no INCRA de Florianópolis.

Chegou o dia 4 de setembro, um dia depois do prazo estabelecido para cumprimento do acordo e este não foi cumprido. Uma comissão de 30 colonos acampados, veio até o INCRA de Florianópolis fazer uma ato de protesto para pressionar o governo federal. Vários agricultores, inclusive uma senhora grávida de 7 meses, ficaram nas dependências do INCRA, dormindo no chão e comendo somente sanduíches, em vigília, até obterem respostas⁴⁵.

De acordo com Franceschi “No início do ano de 1986, o clima esquentou entre o Governo e os sem terra por causa do não cumprimento do acordo assinado no ano anterior”⁴⁶.

Dyógenes Martins Pinto abraçou o jornal, deu sequência ao trabalho do sogro e fez do Diário da Manhã um grupo de comunicação. Pouco tempo depois da morte do sogro ele fundou o Diário da Manhã de Chapecó, Santa Catarina – extinto em 2009” (Jornal Diário da Manhã, Editorial, 08/12/2012)

44 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Para mais informações, ver: <http://www.incra.gov.br/>

45 LISBOA, Teresa Kleba, Op cit, 113.

46 FRANCESCHI, Op cit, p. 25



Por meio do Jornal Diário da Manhã, o MST afirma:

Exigimos do governo Federal e especialmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, assumam a responsabilidade pelas promessas e compromisso que assumiu com a sociedade brasileira e com os trabalhadores rurais durante os 20 anos de luta contra o Regime Militar e legitimamente na campanha pelas diretas, de realizar uma verdadeira reforma agrária ⁴⁷.

Existiam muitas famílias acampadas no oeste que dependiam do cumprimento de promessas que o governo federal havia feito com relação a números e metas de terras a serem desapropriadas e famílias a serem assentadas, bem como de verbas para auxílios a sobrevivência dos mesmos.

Lisboa referindo-se ao ano de 1985, salientou que neste ano, especialmente no mês de agosto, foi um dos períodos mais difíceis, pois acabou a alimentação arrecadada pelas paróquias e comunidades, e eles começaram a passar fome.

A precária situação das famílias neste período pode também ser observada através do jornal Diário da Manhã no dia 19/07/1985, que informa sobre o abandono das famílias de sem terras e o não recebimento de auxílio do governo. Pelo que informava o jornal, duas crianças recém-nascidas já haviam falecido por falta de assistência em São Miguel do Oeste e Abelardo Luz.

Em meio a esta instabilidade e tensão, outra notícia encontrada dava conta que “*Sem terras invadem nova área em Abelardo Luz*”⁴⁸. O jornal informava que antes de serem despejados, os agricultores deixaram uma fazenda e “invadiram” outra, a Fazenda Papuan II, mas esta já estava, segundo o INCRA, destinada a outros agricultores arrendatários que seriam beneficiados.

Novamente em Abelardo Luz, em 1986, de acordo com o jornal,

A situação voltou a ficar tensa em Abelardo Luz. 60 famílias de agricultores sem terras deslocaram-se de Faxinal dos Guedes, onde estavam acampados [...] e invadiram o restante da Fazenda Eunice [...] já parcialmente

47 Jornal Diário da Manhã, 07/05/1986, p. 08.

48 Jornal Diário da Manhã 17/07/1986.



envolvida na reforma agrária”⁴⁹.

Em 1987, com o título “*Cem famílias invadem a fazenda capão grande de Abelardo Luz*”, o jornal noticiava:

Nova invasão foi registrada na fazenda Capão Grande , município de Abelardo Luz. Cerca de 100 famílias de agricultores sem terras adentraram nas terras de propriedade de Nei Barbosa Lima no final de semana que passou [...] As 100 famílias são provindas do próprio município de Abelardo Luz e Algumas de Xanxerê.

Em finais de 1985 esta fazenda já havia sido invadida por um número inferior de famílias, porém, através de uma ação de reintegração de posse, o advogado de Nei Barbosa Lima conseguiu retirá-las”⁵⁰

Para Franceschi⁵¹ “Com novas ocupações, o que se viu foi o pouco esforço do Governo para tomar medidas que resolvesse a situação das famílias deixadas a sua própria sorte, sem saneamento básico e expostas a doenças e abandono”.

Existia também, sempre o medo de novas “invasões” – termo utilizado pelo jornal e pelos políticos que se manifestavam sobre o assunto – e a ameaça iminente de conflitos entre sem terras e proprietários de terras.

Mesmo que com proporções e atenções diferenciadas, o jornal noticiava os conflitos resultantes das desapropriações em áreas atingidas pelas usinas hidrelétricas – barragens –, o conflito judicial e policial entre colonos e indígenas na Linha Sede Trentin – interior de Chapecó-SC –, as ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, com grande ênfase, a Reforma Agrária e seus desdobramentos.

É também de se levar em consideração que a efervescência destes problemas e conflitos no campo na região oeste neste período, envolvendo os agricultores sem terra aliam-se ao momento de crise na agricultura vivenciado naquele período, por aqueles que tem a terra como forma de renda e sobrevivência.

O “*êxodo rural tende a crescer*”, dizia o jornal Diário da Manhã, do dia 30 de agosto

49 Jornal Diário da Manhã, 02/10/1986 capa.

50 (Jornal Diário da Manhã ,05/03/1987, p. 08.

51 FRANCESCHI, Lucas, Op cit, p. 35



de 1987. De acordo com o jornal, o cenário era de incertezas, e o êxodo rural uma realidade cada vez mais presente.

Em 1988, também encontramos notícia sobre este mesmo teor, nos dando uma breve noção sobre esta situação.

A cada dia que passa mais famílias abandonam o campo buscando a vida na cidade [...] Em agosto do ano passado [...] foram encontrados 2.254 famílias sem terras, 2880 jovens sem terras, 2.885 famílias que possuem até 4 alqueires de terras, 2366 famílias com até 20 alqueires e apenas 210 com mais de 20 alqueires. O mais grave é que de 1985 até agosto de 1988, 850 famílias venderam sua propriedade [...] ⁵²

Já em 1987 o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Chapecó, Ari Killian, relatava ser o alto poder econômico dos latifundiários, que na sua opinião, era o responsável pela situação. Podemos também notar na matéria a grande preocupação de algumas lideranças com um dos maiores problemas do campo no oeste catarinense: o êxodo rural e a falta de políticas agrícolas para os pequenos proprietários.

Diante de tantas incertezas que vive a classe agricultora hoje, o êxodo rural tente a ser cada vez mais crescente, [...] o grande responsável por este fato, é o poder econômico, que representa os latifundiários.

Para se ter uma ideia do crescente abandono do campo, basta citar que no ano de 1960, a população rural estimada, era de 70 por cento, e hoje 17 anos depois esse índice baixou para 27 por cento.

Este número tende a baixar mais ainda, uma vez que o governo tem se mostrado inflexível aos apelos da classe, que diariamente ocupa os principais noticiários reivindicando e exigindo das autoridades competentes uma posição definida a respeito da política agrícola, não conseguindo nada de concreto neste sentido.

O Presidente do Sindicato explicou que as “Empresas Rurais com registro no INCRA, trabalham com uma mão de obra barata, e com condições superiores aos pequenos agricultores, uma vez que dispõem de maquinários sofisticados para a lida no campo, conseguindo uma melhor produção através da exploração do homem”.

É preciso uma conscientização maior por parte do governo da importância da agricultura, para o desenvolvimento do país, propiciando condições tanto ao

52 Jornal Diário da Manhã, 08/06/1988, p. 09.



latifundiário quanto ao minifundiário⁵³

Em meio à insensibilidade do governo diante das manifestações, as tensões, em 05 de Fevereiro de 1987, o Diário da Manhã publicava “A inevitável marcha rumo ao boicote”, anunciando a possibilidade de um boicote dos produtos agrícolas pelos colonos, face ao não atendimento as suas reivindicações:

Novelo informou que a safra de feijão daquela região foi praticamente destruída pelas chuvas de granizo de novembro. E além deste golpe da natureza [...], existente uma preocupação revoltante face à indecisão do Governo em atender os reclames dos agricultores, em relação a importação de suínos, [...]⁵⁴

Somado a estes problemas, ainda existe o endividamento com financiamentos por parte dos agricultores. Neste mesmo dia, o presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, afirmava que “[...] o agricultor se abraçou com um financiamento no mês passado, tendo um saldo devedor de 20 por cento, significando que se tivesse antes que pagar 100 mil cruzados, agora, com a medida Governamental, terá que fazê-lo com 120 mil cruzados”⁵⁵.

Inúmeros parlamentares de Santa Catarina cobram do governo da “Nova República”, melhores preços para os produtos agrícolas. Em matéria do dia 10/02/1987, intitulada “Produtores agrícolas sujeitos a vender propriedades para pagar investimentos” podemos acompanhar a posição de um deputado sobre a questão, tentando interferir em favor dos agricultores.

Locatelli lamentou que muitos agricultores não tiveram satisfeitos seus pedidos de financiamentos, e isso está gerando diversos problemas no oeste catarinense. Disse estar de posse de uma lista de nomes de agricultores ameaçados de ter que vender parte de suas propriedades para pagar investimentos, feitos por necessidade, visando aumentar a lavoura e a produtividade”⁵⁶

53 Jornal Diário da Manhã, 30/08/1987, s/p.

54 Jornal Diário da Manhã, 05/02/1987, capa.

55 Idem.

56 Jornal Diário da Manhã, 10/02/1987, capa..



A preocupação dos parlamentares era referente aos juros que eram cobrados nesse período de muita instabilidade financeira e política vivido em todo o país, e a perda iminente das terras pelos agricultores para pagarem suas dívidas aos bancos. Esta situação colaborava para o momento de tensão na região oeste, fazendo de muitos agricultores possíveis sem terras.

Considerações finais

Este trabalho possibilitou um olhar sobre o MST e sua atuação no oeste catarinense a partir das notícias diárias que retrataram o momento político e social de meados da década de 1980, e sobre tudo perceber a participação do movimento face aos projetos/promessas de reforma agrária e a crise na agricultura no oeste catarinense no qual submetia os pequenos agricultores a um processo de empobrecimento no campo.

Ao expor as notícias sobre o movimento, percebemos as informações que a população daquele período obtinha sobre atuação do MST. O jornal também era responsável por selecionar aquilo que era de maior relevância para informar a população. Neste caso, percebemos que o jornal enfatizava as questões políticas e econômicas que estavam atreladas a atuação do movimento, como as crises na agricultura e as discussões em torno dos projetos de reforma agrária.

O trabalho também abordou a importância do MST enquanto sujeito participante da história do oeste de Santa Catarina, região marcada pelos conflitos envolvendo a questão da terra. A luta e acesso a um pedaço de chão neste espaço tem um significado fundamental, pois revela as crises de um determinado tempo, e ao mesmo tempo as formas de resistência da população em busca de seus direitos e sobre tudo de sua sobrevivência e reprodução social.

Fontes

Jornal Diário da Manhã. Chapecó-SC, 1985-1989. Acervo Biblioteca Pública Municipal de Chapecó Neiva Maria Costella.



Jornal Diário da Manhã. Chapecó-SC, 1985-1989. Acervo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Disponível em Ceom/Unochapecó.

Jornal Diário da Manhã. Passo Fundo-RS. Acervo digital. 08/12/2012. Disponível em: <http://www.diariodamanha.com/noticias.asp?id=43238>. Acesso em 15/04/2013

Revista Veja. Acervo Digital. 23/01/2009. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/25-anos-mst-invasoes-badernas-desafio-lei> . Acesso em 25/03/2013

Pronunciamento de José Sarney. Senado Federal. 15/03/2005. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/defTexto.asp?t=352786>. Acesso em: 15/04/2013

Referências

Ayoub Hannah Ayoub. *Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo*. (Dissertação) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

_____. Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo. In, *Estudos em Jornalismo e Mídia* Vol. IV Nº 1, 1º semestre de 2007. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br. (Acesso em 25/03/2013).

BLOEMER, Neusa Maria Sens. “Colonos italianos” e “caboclos” no planalto catarinense. In, GODOI, Emilia Pietra de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Azevedo. (orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULO, Maria Ignez. (orgs.) *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FRANCESCHI, Lucas Antonio. *A luta do MST pela terra no oeste de Santa Catarina análise de notícias em recortes de jornais da década de 1980*. 2008. 45 f : Monografia (Conclusão do curso de história) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2008.

GODOI, Emilia Pietrafesa, et al. (Orgs). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social* – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.



LISBOA, Tereza Kleba. A luta dos sem terra no oeste catarinense. In: *Revista Katálysis*, nº. 1, 1996, p. 104-127.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005., p. 111 a 153.

MACHADO, Ironita P. História e Imprensa: um olhar sobre o olhar do Semanário A Voz da Serra. In: *História: debates e tendências*, Passo Fundo, V. 6, nº 1, p. 155-175, 1º sem. 2006. Disponível em: http://www.upf.br/ppgh/images/stories/downloads/artigo_ironita.pdf (Acesso em 01/08/2012).

MOTTA, Márcia Maria Mendes. Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850). In: _____; ZARTH, Paulo (orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade diversidade de conflitos ao longo da história, Concepções de justiça e resistência nos Brasis*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

POLI, Odilon Luiz. *Leituras em movimentos sociais*. 2 ed. Rev. Chapecó: Argos 2008.

_____. Camponeses no Oeste Catarinense. In: *Cadernos do Ceom*, Chapecó: Argos, v. 15, n. 14, p. 11-62, dez. 2001.

SAUER, Sérgio. *Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SIGAUD, Lygia. A engrenagem das ocupações de terra. In: *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo*. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SILVA, Carla Luciana. Veja: mais um partido neoliberal. In: *História e Lutas de Classes*, ano 01 ed. Nº 02, fevereiro de 2006. Disponível em: [site.projetoham.com.br/arquivos/revistas/2.Linguagem %20Comunicacao%20e %20Cultura.edicaocompleta.pdf](http://site.projetoham.com.br/arquivos/revistas/2.Linguagem%20Comunicacao%20e%20Cultura.edicaocompleta.pdf). Acesso em 15/01/2012.

STÉDILE. João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

Recebido em 28 de setembro de 2013.

O MST no Oeste de Santa Catarina e sua atuação através da imprensa escrita local
(1985 – 1989) - Douglas Satirio da Rocha

Aceito para a publicação em 12 de novembro de 2013.